



Em defesa da educação profissional e tecnológica

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Conif) tem pautado a sua atuação com base na defesa da escola pública e do papel estratégico da educação Profissional e Tecnológica, no contexto social de um País onde se faz imperativo o aprofundamento e fortalecimento das políticas de formação para o trabalho na perspectiva da inserção cidadã de milhões de brasileiros.

Este fórum representativo da educação profissional e tecnológica federal, neste momento de dissenso e de interrupção das atividades das instituições federais, tem o dever de apresentar publicamente sua defesa pela dignidade da função de todos os profissionais que optam pela carreira da educação – professores e servidores técnico-administrativos em educação, e pelo direito da sociedade à educação pública e de qualidade.

Nessa perspectiva, é preciso compreender o atual momento da educação profissional e tecnológica no espaço do que se constitui direito fundamental na luta pela qualidade da educação num sentido pleno. O que se pretende assegurar, de fato, é o compromisso do governo brasileiro com a educação pública como direito de todos, onde quer que estejam, de norte a sul do País, local e regionalmente, desde as grandes capitais até os distantes municípios mais interioranos. Quando os institutos federais assumiram o compromisso vocacionado de corajosamente se expandir por todo o território nacional, tornaram mais evidente a missão de interferir positivamente para mudar a realidade daqueles mais fragilizados socialmente.

Urge o diálogo: negá-lo quando se discute as carreiras docente e técnico-administrativo é antes negar o direito de populações à educação; é não considerar que jovens e adultos trabalhadores podem ter oportunidades para mudar suas vidas atingindo níveis cada vez mais elevados de escolaridade; é impedir principalmente que milhares de trabalhadores com quem este País tenha dívidas sociais históricas, possam resgatar ou conquistar sua cidadania; é comprometer a ação inclusiva tão marcadamente impressa em programas e políticas emancipatórias como Mulheres Mil, Rede Certific, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e tantos outros com os quais os Institutos federais também se comprometem; é negar a certeza que temos de que é possível compartilhar a riqueza deste País com todo o seu povo.

O momento cobra o diálogo para que tenhamos, de fato, um País soberano.

Plenária da 24ª reunião ordinária do Conif, de 27 a 29 de junho de 2012, em Brasília-DF.